

Confronto poderá dominar o clima da negociação

Arquivo/08-06-87

As negociações entre o Brasil e os bancos credores serão reabertas, esta semana, em Nova York, sob um clima de confronto, ante a exigência de alguns bancos, relativos ao pagamento, em dia, dos juros que estão vencendo em janeiro, enquanto a posição brasileira é de manter a suspensão dos pagamentos até que o acordo possa evoluir no sentido de definir um esquema de financiamento desses juros.

A orientação que o negociador da dívida externa, Fernando Milliet, presidente do Banco Central, leva a Nova York é de flexibilizar a negociação, sobretudo em itens da proposta encaminhada aos banqueiros em 25 de setembro do ano passado, relativos ao "spread" (taxa de risco), à securitização (troca de parte da dívida por ativos brasileiros) e conversão de uma parcela da dívida em investimento de risco.

Todavia, é também instrução do presidente Sarney não continuar o pagamento dos juros — a não ser as parcelas acertadas no acordo de novembro do ano passado — antes que os banqueiros acertem pelo menos as linhas básicas de renegociação e seja claramente definido o sistema de refinanciamento desses juros. Trata-se não apenas de uma posição política, mas sobretudo de uma questão aritmética: com as reservas ao nível de US\$ 4,4 bilhões não há condições de pagar normalmente os juros sem o risco da eclosão de uma grave crise cambial, das dimensões da que ocorreu no final de 1983, quando as reservas externas chegaram a zero.

Avaliação

Na reunião de avaliação e de definição da nova estratégia de flexibilidade na condução do problema da dívida externa, realizada na última quinta-feira no Palácio do Planalto, sob a presidência de Sarney e com a presença do ministro da Fazenda, do presidente do Banco Central e do embaixador em Washington, o tema dominante foi a exigência de alguns bancos em relação ao pagamento dos juros que estão vencendo este mês.

Houve convergência na opinião de que trata-se de uma pressão típica do reinício das negociações, promovida pelos banqueiros com o objetivo de testar o nível de flexibilização da posição brasileira, após a saída do ministro Bresser Pereira, considerado um homem comprometido com a linha de negociação traçada pelo PMDB, e

sua substituição por Mailson da Nóbrega, um homem do Presidente e desligado de qualquer influência partidária.

No Governo ninguém acredita que o comitê de bancos feche questão em torno do pagamento dos juros vencidos em janeiro e leve as negociações a um impasse. Da mesma forma os que se reuniram com o Presidente consideraram que não passa de uma ameaça a anunciada disposição de alguns bancos de não comparecerem com a sua parcela do empréstimo-ponte destinado à cobertura do pagamento dos juros vencidos de 15 a 30 de dezembro do ano passado.

Essa parcela, no valor de US\$ 340,00 milhões, aproximadamente, terá de ser desembolsada pelos bancos até o dia 15 do corrente, juntamente com os US\$ 120,00 milhões que serão fornecidos das reservas brasileiras, fechando, dessa forma, o pagamento de US\$ 1,5 bilhão correspondente aos juros vencidos nos meses de outubro a dezembro do ano passado. Os restantes US\$ 3,0 bilhões, correspondentes aos juros vencidos de 20 de fevereiro, data da decretação da moratória, até 30 de setembro, somente serão pagos — parte pelo Brasil, parte pelos bancos em forma de empréstimo-ponte — quando as negociações em torno do refinanciamento multianual da dívida estiverem concluídas, por volta de junho.

Moratória

Os negociadores brasileiros acreditam que os bancos poderão levantar a questão da continuidade da moratória, tendo em vista que o pagamento dos juros continuará suspenso, enquanto as negociações se processam, porém antes dos próximos 90 dias nada acontecerá em termos contábeis, havendo tempo, portanto, para um avanço substancial das negociações, prevendo-se inclusive a montagem de novo esquema de financiamento dos juros vencidos no primeiro trimestre, a exemplo do que ocorreu com o acordo provisório do final do ano passado, do qual resultou o levantamento da moratória.

A intenção do Governo, conforme o presidente Sarney deixou claro na conversa com o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central e o embaixador em Washington, é chegar o mais rapidamente possível a uma negociação. Há argumentos econômicos e políticos que aconselham essa postura. Do ponto de vista econômico, o próprio ministro Mailson da Nóbrega tem salien-

tado que o custo da moratória foi superior a US\$ 1,0 bilhão, correspondente a "spreads" elevados que o País pagou o ano passado, inclusive para manter a rotatividade dos créditos de curto prazo no montante de US\$ 15,0 bilhões.

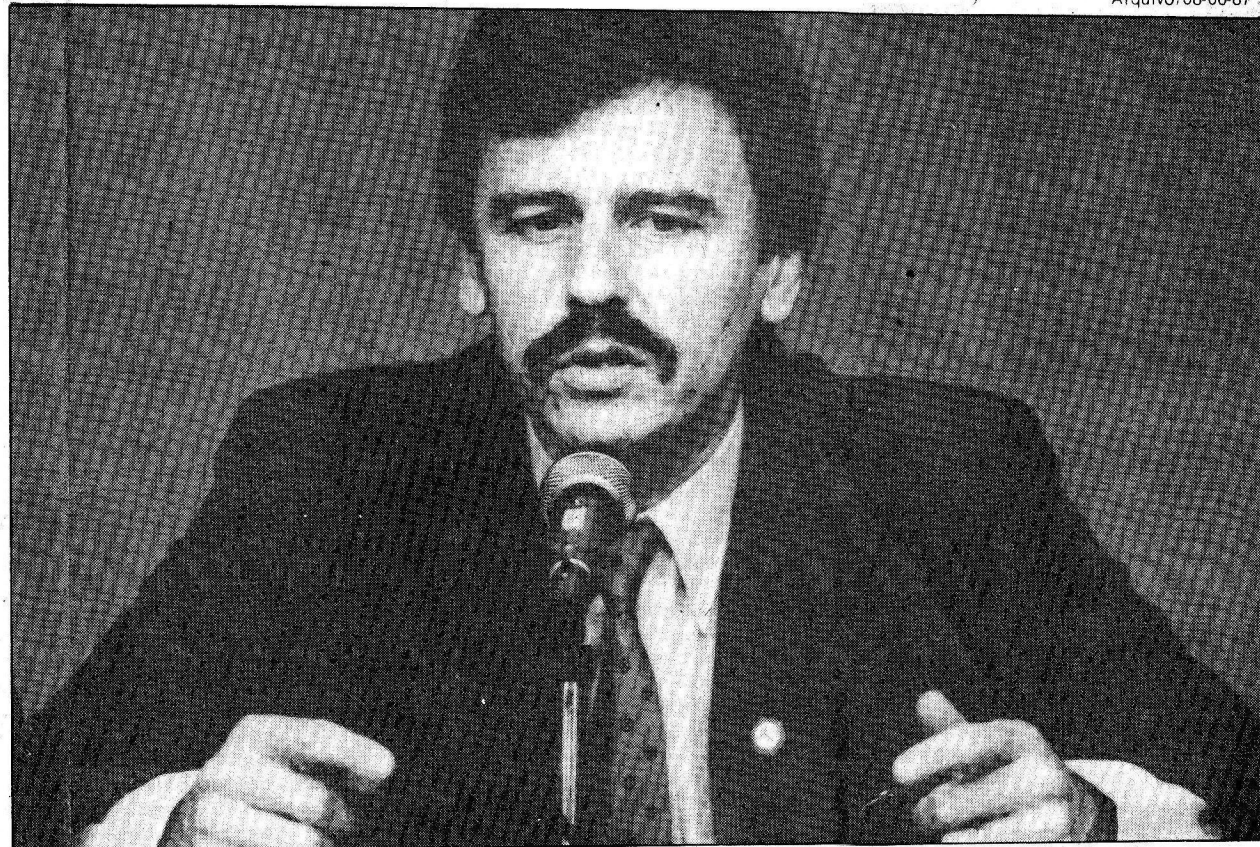
Na esfera política, o presidente Sarney gostaria de ter resolvido o impasse externo em meados de abril, quando se espera que a Constituinte vote as disposições transitórias da futura Constituição, nas quais se definirá a duração do mandato presidencial. Ainda que o acordo não tivesse fechado, pois dependerá da burocracia da adesão de 95% no mínimo dos bancos, pelo menos tivesse delineado e, consequentemente, encerrado o período de negociações.

Morosidade

A pressa brasileira, contudo, poderá contrapor-se à tradicional morosidade com que os bancos agem na montagem desses pacotes, sobretudo porque os banqueiros gostariam que o País reabrisse negociações com o Fundo Monetário Internacional — FMI — em torno de um acordo "stand by", de tal forma a abrir espaço também para o início das negociações com os governos credores no âmbito do Clube de Paris.

Essa questão é importante para os banqueiros por dois motivos principais: primeiro, estaria assegurado o monitoramento da economia brasileira pelo FMI, dispondo os bancos de um auditor confiável para acompanhar as contas do País, segundo, seria mais fácil definir a participação do FMI e dos governos credores no pacote de resgate do Brasil, permitindo, por outro lado, aos banqueiros, acertar a sua própria participação nesse pacote, esse, aliás — notam os técnicos do Governo — ainda é um conflito não resolvido com os banqueiros: enquanto o Brasil insiste em que os recursos eventualmente fornecidos pelo FMI e pelos governos credores serão adicionais e destinados a financiar o crescimento econômico do País, os bancos a chamam ao contrário, e sustentam que tanto o Fundo como os governos devem participar do esquema de financiamento da dívida, especialmente dos juros.

Seja como for, não se espera grandes avanços nas negociações com os bancos credores já na primeira semana. Milliet discutirá, a partir de amanhã, a nova postura em relação à proposta de 25 de setembro, mantendo todos os seus itens, mas oferecendo flexibilidade na negociação de vários deles.



Milliet leva a Nova Iorque a orientação de que deverá tentar flexibilizar a renegociação